CDU 32(81)

ESTADO, ACUMULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO BRASILEIRO PÓS-64*

Valdeci Monteiro dos Santos**

1. INTRODUÇÃO

A partir de 1964, introduzem-se significativas mudanças no papel do Estado na condução do comando da economia brasileira.

Norteado por um ideário de corte técnico e autoritário, o Estado vai, gradativamente, influir de forma decisiva no padrão de acumulação de capital e na organização econômica do espaço nacional.

Este texto procura, de maneira sintética, dar uma visão geral de como se processou a intrincada relação entre a formação do Estado brasileiro e o modelo econômico estabelecido, ao longo de dois períodos distintos: a fase de crise e posterior "milagre econômico" (1960 a 1973) e a fase da chamada "sobrevida do milagre" (1974 a 1979).

Além disso, é dedicada uma seção a três exemplos de transformações ocorridas, notadamente nos anos 70, no território nacional, que em grande medida exprimem os rebatimentos do modelo de desenvolvimento estatal sobre a organização do espaço.

---

* Trabalho apresentado no Curso de Formação do Espaço e Desenvolvimento no Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional — MDU/UFPE, em outubro de 1990.

** Economista / Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Regional — MDU/UFPE.

2. A CRISE DO ESTADO (1960/64) E A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA (1964/1973)

O início dos anos 60 delineou-se por sinais visíveis de esgotamento e crise do padrão de intervenção do Estado. Um dos aspectos centrais deste esgotamento reside no fato de que, ao expandir e modernizar suas formas de intervenção visando as condições necessárias à expansão do capital privado nos anos 50, o Estado não modificou, na proporção exigida, a base fiscal e financeira requeridas e indispensáveis para a realização dos gastos públicos sociais e para a continuidade dos níveis de investimentos da economia.

O resultado deste contexto, no plano econômico, além da crise fiscal e financeira do Estado, foi um agravamento do processo inflacionário e a desaceleração do crescimento industrial.

O Estado no período 1960/64 se caracterizará pelas tentativas de responder as questões sociais, de um lado, criando órgãos para empreender as reformas sociais e as demandas regionais recorrentes — daí a criação de instituições que deveriam executar a reforma agrária ou reduzir as desigualdades regionais, a exemplo da SUDENE; por outro lado, implantando sucessivos planos de estabilização, como o Plano Trienal do Governo João Goulart.

A resolução do conflito de classes, **menu militari,** em março de 1964, redefine o bloco hegemônico, substituindo aquele que conduziu e viabilizou o Plano de Metas.

O Estado urgido após 1964, pautado sob um ideário autoritário-conservador, irá estruturar um arranjo da economia que privilegiará a abertura do capital estrangeiro, que será então, do ponto de vista da formação de capital produtivo (investimento e reinvestimento), a forma predominante de financiamento da acumulação a partir de 1968 (CIPOLLA, 1985).

O período compreendido entre 1964 e 1968 é caracterizado por mudanças profundas nas formas de intervenção do Estado nos âmbitos econômico, social, político e nas áreas de segurança e inteligência militar. Tinha que se enfrentar, na concepção dos **arautos do poder,** uma crise econômica conjuntural sem precedentes e ao mesmo tempo, uma máquina administrativa fragilizada e ineficiente na condução econômica do País, notadamente no financiamento da acumulação privada e dos gastos imprescindíveis do próprio Estado.

As primeiras ações reformistas ocorreram no sistema financeiro. Em 1964, introduz-se um conjunto de leis visando a redefinição da função das instituições públicas e privadas nas questões do suprimento e controle da moeda e do crédito na economia. Surgem o Conselho Monetário Nacional (CMN), no papel de órgão normativo superior, e o Banco Central, como segmento executivo do CMN. No ano de 1965, coloca-se em prática a lei que estabeleceria as bases para o funcionamento do mercado de capitais, bem como o instituto da correção monetária, que acoplados à implantação do crédito ao consumidor, possibilitaram um aumento da demanda de bens de consumo duráveis.

Objetivando criar novas formas de mobilização de recursos para acumulação, que não as de caráter inflacionário, foi empreendida uma importante reforma tributária, com uma concentração maior da receita pela União. Além dos recursos orçamentários, a capacidade capitação financeira do Estado foi reforçada pela expansão de recursos de outras fontes, tais como a criação de fundos sociais (FGTS, PIS-PASEP) e alocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública (ORTN e LTN) etc. (MARTINS, 1985).

Em relação às transações internacionais, foram implantadas uma série de incentivos à exportação, destacando-se os setores da indústria têxtil e de sapatos. Por outro lado, com a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), dinamizou-se a construção civil residencial.

Um outro ponto de destaque foi a reforma ocorrida no interior da própria máquina estatal, através de um processo de descentralização institucional concretizada por uma "progressiva transformação de funções e atividades revestidas de caráter jurídico de empresas, mistas e públicas, com orçamento próprio e acesso autônomo ao crédito bancário e externo" (TAVARES & ASSIS, 1985).

Em grande medida esta descentralização viabilizou a expansão da atuação do Estado em diversos setores produtivos (energia, siderurgia, telecomunicação, petroquímica, etc) nos quais passa a investir mais decisivamente, ocorrendo uma espécie de dicotomia entre o Estado Público e o Estado Empresarial.

Este fato é consagrado e potencializado com a reforma administrativa realizada em 1968, através da qual a descentralização executiva implica a criação de empresas e entidades

públicas que passam a contrastar com a impotência, imobilismo e controle burocrático da administração direta.

As reformas completaram-se com um novo sistema de inteligência militar, o Sistema Nacional de Informação (SNI), que torna-se gradualmente um órgão de policiamento político-ideológico.

Vale o registro de que essas reformas ocorreram num contexto de uma economia deprimida, sendo "digladiada" por um conjunto de políticas macroeconômicas ortodoxas, principalmente em termos de política salarial, que seguramente contribuiu para alguns momentos de expansão dos investimentos e do produto nacionais.

A fase de expansão econômica (1968/1973), conhecida como o "Milagre Econômico", foi alicerçada, de maneira decisiva pelas precondições criadas pelas reformas previamente realizadas e pelas novas formas de atuação do Estado.

Em meados de 1968 a economia brasileira encontrava-se com uma grande capacidade ociosa. Além disso, havia uma maior disponibilidade de recursos no sistema financeiro internacional, bem como do sistema financeiro nacional que, após as "reformas", começava a oferecer os primeiros resultados positivos. Por outro lado, experimentava-se grande expansão do crédito aos bens de consumo duráveis e o BNH passara a contar, a partir desta época, com fontes significativas de recursos e a gerar efeitos dinamizadores sobre os níveis de emprego e renda globais da economia.

A disponibilidade fácil de financiamento, inclusive internacional, associado à atuação decisiva (e de certa forma prioritária) do Estado em setores estratégicos da economia, foram os fatores principais que propiciaram ao empresariado nacional e multinacional as condições indispensáveis ao intenso crescimento econômico constatado à época.

No entanto, a economia do "milagre", apoiada inicialmente nas reformas (bancária, do mercado de capitais, tributária e administrativa), tendeu a atropelar, durante seu período de influência as normas e princípios sobre as quais ela própria foi montada.

A multiplicidade de fundos e incentivos, o elenco de isenções tributárias e o aumento da concentração de recursos na União, ao lado de uma clara orientação do Estado no sentido de estimular os processos de fusão e de concentração de capitais, sobretudo via sistema bancário, sob a égide do Banco Central, trariam conseqüências negativas para a regulação futura da economia.

Por outro lado, o conjunto de políticas ditas sociais, constituiu-se na verdade em um **locus** de acumulação privada, ora financiando as moradias para o segmento urbano (FGTS), principalmente para as faixas de média e altas rendas, ora financiando o empresariado nacional (PIS-PASEP), notadamente a indústria de bens de capital. No fundo, a política "social" era um apêndice da política econômica, cujos recursos, fundamentalmente, tinham sua base na massa salarial.

A citação que se segue expressa bem o momento vivido pela economia e do papel do Estado durante o euforismo do "milagre econômico":

"Aos poucos, tornava-se claro a anatomia da acumulação capitalista em curso. Primeiro houve a retomada, facilitada pela política expansionista do crédito que permitiu o endividamento e a diferenciação de consumo das classes médias. Depois, o crescimento rápido e a diversificação das exportações e das importações, facilitados pelo grande **boom** do comércio mundial e apoiados numa bateria de incentivos internos. Finalmente, a expansão dos setores de construção civil, material elétrico e de material de transportes, puxados pelo investimento público e pelo privado internacional, representado pelas filiais das empresas estrangeiras" (Ibid., pp. 38-39).

3. A SOBREVIDA DO "MILAGRE" (1974/1980): O REFORMISMO CONSERVADOR E O II PND

Em meados de 1973, o ciclo expansionista da "Era Medici" começa a apresentar, por vários flancos, sinais virtuais de esgotamento.

O crescimento da produção industrial, a partir deste ano, passa a se realizar a um ritmo inferior ao da formação bruta de capital. "Cria-se uma tendência a superacumulação, que gera um gap dinâmico entre a capacidade produtiva e a demanda efetiva da indústria" (TAVARES & BELLUZZO, 1982, p. 130).

A prioridade dada, até então, ao setor produtor de bens duráveis, num mercado restrito, cuja demanda de reposição é bastante espaçada no tempo, começava a revelar a fragilidade do modelo produtivo montado. Os impactos negativos acumulados pelos setores produtores de bens de capital e intermediários, gradualmente refletiam-se na desaceleração da taxa de crescimento da indústria como um todo, com perspectivas recessivas ascendentes.

Alie-se a esta questão estrutural da economia brasileira, um contexto de recrudescimento inflacionário, desequilíbrio cambial, baixo nível de poupança doméstica, e um grave distúrbio do sistema financeiro internacional, debitado à súbita e violenta elevação dos preços do petróleo, em outubro de 1973.

No âmbito político, o governo federal estava comprometido com um projeto forçoso e difícil, a institucionalização da Revolução de 1964. "A continuidade das mudanças iniciadas em 1964, e portanto as esperanças de um Brasil seguro e poderoso, dependiam de um retorno gradual e controlado de um regime constitucional, também capaz de manter a ordem" (FISHLOW, 1988, p. 143).

Gesta-se, em meio a este cenário de crise de acumulação econômica e crise de legitimidade política, um novo **salto desenvolvimentista**.

Importava neste momento realizar reformas que possibilitassem imprimir novos rumos ao processo de crescimento econômico no sentido da incorporação controlada de grupos sociais até então excluídos da arena política e da economia de mercado.

Tais reformas foram postas em prática através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

"O II PND se propunha superar, conjuntamente, a crise e o subdesenvolvimento, através de um ambicioso conjunto de metas" (CASTRO & SOUZA, 1985, p. 33). Estas metas podem ser sumariamente definidas por dois blocos de ação:

— Conclusão da fase de implantação da indústria de base, expandindo de forma intensiva, a produção das indústrias produtoras de bens de capital, de bens intermediários e de insumo básico; e

— Ampliação e modernização da infra-estrutura econômica, notadamente em transporte, energia e comunicações.

Inaugurava-se, assim, um novo padrão de desenvolvimento capitalista, que passava a ter como "carro-chefe" o modelo de substituição de importações de bens de capital e de insumos básicos.

Na realização do plano duas estratégias relativas às formas de atuação do Estado foram mantidas: de um lado, o

fortalecimento do "tripé" empresa estatal, capital nacional e empresa estrangeira, sendo o capital privado nacional o "elo fraco" do tripé; e de outro, a captação de recursos do sistema financeiro internacional, capaz de constituir a base para concretização dos grandes projetos na área privada e no setor produtivo estatal.

A prática sistemática de captação de financiamentos externos, que implicava um também sistemático aumento do endividamento, foi a fórmula "mágica" encontrada para facilitar o ajustamento da balança de pagamentos e, principalmente, financiar o crescimento.

Este contraditório mecanismo de **crescer se endividando,** cujos efeitos dramáticos viriam a ser sentidos fortemente, **expost,** na década de 80, também, significou um outro efeito antagônico, através dessa forma perversa foram concretizados parte relevante de grandes projetos contidos no II PND.

Vale aqui citar Maria da Conceição Tavares & J. Carlos Assis. As empresas estatais e de economia mista, e até autarquias federais como DNER, foram utilizadas largamente como instrumento de captação de recursos externos durante toda a década de 70, e com maior ênfase a partir de 1977, até o início dos anos 80. Como eram também o instrumento principal de execução do II PND, os objetivos aparentemente contraditórios de equilíbrio externo e rápido desenvolvimento interno, conciliavam-se numa personalidade esquizofrênica que passou a dever mais em dólares e a aplicar vada vez mais em cruzeiros para satisfação simultânea de banqueiros, construtores e grandes fabricantes de equipamentos. O "êxito" dessa política pôde ser observado no setor público, embora num ritmo inferior ao projetado, quanto na recuperação das reservas internacionais a partir de 1978 (Op. cit., p. 57).

As conseqüências desse processo desmensurado de endividamento foi a crescente estatização da dívida, pois os empréstimos são tomados, prevalentemente, por estatais (no início dos anos 70 o setor público participava com cerca de 1/4 do total dos empréstimos externos, participação esta que aumentou para 3/4 no período 1979/1980).

Por outro lado, as políticas monetária e financeira, que vinham a reboque desse movimento mais geral de endivida-

mento externo e da estatização da dívida, provocaram um aumento da dívida interna. Isto posto, passa a constituir-se um circuito, através do qual se capta recursos para pagar os serviços dos débitos contraídos anteriormente, num processo de autoalimentação do endividamento.

Os investimentos públicos retardam o processo recessivo que já se manifestará na segunda metade da década de 70. No entanto, sua capacidade de adiamento se esgota no final da década e início dos anos 80.

Nos anos 70 amplia-se o leque de papéis das estatais e se tenta reforçar a função tradicional de produtores de infra-estrutura e de insumos básicos para a empresa nacional e para os oligopólios estrangeiros. Os grandes blocos de investimentos previstos no II PND têm, ao lado do propósito de completar a indústria de insumos estratégicos, notadamente a petroquímica, e de ampliar a oferta dos demais insumos (energia, aço, etc.), a função de "puxar" os investimentos privados, principalmente da indústria de bens de capital nacional, que era o elo frágil da cadeia.

Tavares & Assis (Op. cit., p. 62) apontam como "premissa implícita do II PND a indução da instalação subsidiada de um vasto parque de produção de bens de capital a partir de uma demanda concentrada sob forma de megaprojetos do setor público".

Reforçando esta constatação da importância do "Estado Empresário" na estratégia adotada de crescimento, notadamente fortalecida na segunda metade dos anos 70, Rosélia Piquet (1990, p. 12) aponta como um dos maiores sustentáculos desta estratégia, "os gigantescos investimentos a cargo dos Sistemas Eletrobrás, Petrobrás, Siderbrás, Embratel, etc."; bem como, pela utilização de "extensa gama de estímulos fiscais e financeiros concedidos às empresas privadas para cooptá-los por uma política de preços e tarifas públicas subsidiadas e pela imposição de elevadas barreiras à importação":

Os investimentos públicos adiaram o processo recessivo, já manifestado na segunda metade da década de 70. No entanto, sua capacidade de adiamento se esgota no final da década e início dos anos 80, quando, em meio a uma crise financeira internacional e de um acirramento das tensões sociais, o País mergulha numa das maiores crises econômicas de sua história e no solapamento institucional do regime autoritário.

4. ALGUMAS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NA DÉCADA DE 70 NO BRASIL

4.1. A Interação Regional: Integração Econômica e Algumas Conseqüências Espaciais

A indústria pesada implantada na segunda metade dos anos 50 e o capital social básico que o Estado brasileiro propiciou (e.g. sistemas de transportes e comunicações), fez intensificar as atividades econômicas nos grandes centros urbanos, e promover uma mudança qualitativa nas relações comerciais inter e intra-regionais.

As mudanças da organização espacial se dão através dos setores dinâmicos do capital industrial nacional e internacional que, sob o comando do Estado, passam a ser estimulados à transferência do capital produtivo das regiões mais industrializadas para as regiões mais atrasadas. Este estímulo ocorre, principalmente, através de incentivos fiscais e financeiros, administrados pelas agências regionais de desenvolvimento na década de 60 (SUDENE, SUDAM, SUFRAMA), bem como pelo aumento da disponibilidade de infra-estrutura econômica do País como um todo verificada no pós-guerra.

Inicia-se uma nova etapa no entendimento do espaço regional, definida pela superação da "articulação meramente comercial para a integração produtiva inter-regional" (GUIMARÃES NETO, 1989).

Com base na implantação e consolidação de uma estrutura industrial moderna e produtiva, com alto grau de complementariedade, a economia brasileira passa a integrar comercial e produtivamente suas regiões, com presença em cada uma delas dos grandes grupos econômicos nacionais. Isto configura um sistema produtivo hierarquizado que tem no Sudeste, e particularmente em São Paulo, o Centro Hegemônico.

Nos anos 70, este modelo de integração regional apresenta algumas especificidades bastante significativas, com destaque para o movimento mais amplo de desconcentração espacial das atividades produtivas.

No que concerne ao setor industrial, particularmente, ao setor da indústria de transformação, três fenômenos podem ser destacados como nuances significativas desta expansão do capital produtivo: a gradual perda da participação de São Paulo no total do PIB Industrial brasileiro; a contínua de-

cadência industrial do Rio de Janeiro; e o avanço do capital industrial de um modo geral.

Segundo Campolina & Lemos (1988, p. 167-170) dois fatores foram decisivos para a desconcentração espacial da indústria brasileira, o próprio movimento da base de recursos naturais e a intervenção estatal. Principalmente com relação ao segundo fator, mais explicitamente a partir do II PND (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento), quando as estatais assumem o novo salto industrializante, ocupando os espaços abertos à produção de bens de capital e de insumos básicos (Ver Item 4.2).

Do ponto de vista do setor agropecuário, o movimento geral de desconcentração espacial do capital se expressou através de três tendências ao longo da década de 70: uma forte ampliação da participação dos três Estados do Sul no valor da produção agropecuária nacional, uma contínua queda na participação do leste (MG, RJ, ES) e gradual queda da participação de São Paulo. Quatro fatores explicariam tais tendências: "Uma política agrícola com crédito farto e subsidiado a partir de 1967; política de exportação mais agressiva; grande expansão da demanda interna; e adequação tecnológica para aproveitamento dos cerrados e ampliação da infra-estrutura" (Ibid., pp. 170-171).

Também pôde-se observar algumas repercussões espaciais na produção mineral, com destaque para a grande ampliação e diversificação da pauta mineral, em função da demanda industrial e das exportações, com um ganho de importância da participação do Centro-Oeste e do Norte.

O conceito de "regiões integradas produtivamente" se consolida na década de 70, inclusive assumida explicitamente como meta do Estado no II PND.

Todavia, isto não significa que atendeu-se às disparidades regionais, pelo contrário, os programas postos em prática pelo Estado para corrigir (pretensamente) as distorções espaciais tiveram muito mais um objetivo compensatório do que de desenvolvimento das regiões periféricas, reforçando desse modo, o núcleo hegemônico da economia nacional.

4.2. Os Grandes Projetos e suas Repercussões no Espaço

As empresas estatais desempenharam, nas várias fases da sua história econômica, papel relevante na viabilidade e na potencialização do desenvolvimento industrial do País.

Tal importância vai ampliar-se de forma decisiva na década de 70, durante a euforia do milagre, e mais ainda a partir do II PND.

Os grandes blocos de investimentos públicos, vislumbrados pelo II PND, tiveram ao lado da função de estimular a implantação de indústrias produtoras de insumos estratégicos, a exemplo da Petroquímica na Bahia, o objetivo de estimular o crescimento dos investimentos privados, notadamente da indústria produtora de bens de capital nacional, que era, na época, o elo frágil da cadeia produtiva.

Além disso, um papel que gradativamente as estatais vão assumindo, e que as circunstâncias conjunturais vão cada vez mais acentuando, corresponde à função de captadoras de recursos no sistema bancário internacional. As grandes empresas estatais aportaram-se de vultosos volumes de recursos externos, sob as formas mais distintas e através de projetos cada vez mais "discutíveis", servindo de elos importantes de captação de empréstimos.

As expectativas de crescimento econômico para todo o território nacional, atrelado a um contexto financeiro internacional extremamente favorável para a obtenção de empréstimos, principalmente no período do chamado "Milagre Econômico" (1967-1973), e mesmo durante a segunda metade dos anos 70, quando este contexto internacional começa a apresentar sinais evidentes de crise, houve por parte do Estado forte estímulo à implantação de grandes projetos econômicos vertebradores. Ressalta-se como os principais megaprojetos, iniciados ou implantados durante a década de 70: (a) Projetos Hidroelétricos (Itaipu, Tucuruí, Xingó, etc.); (b) Projetos Infra-Estruturais (Ferrovia do Aço, Estrada de Ferro Carajás); (c) Projetos Agropecuários (PROVÁRZEA, POLONORDESTE, etc.); (d) Projetos Minerais (Ferro Carajás, Albrás, Alunorte, etc.); (e) Pólos Petroquímicos (Camaçari e Triunfo); (f) Projetos Portuários (Sepetiba, Itaqui, etc.); (g) Projetos Siderúrgicos (Açominas e Tubarão); (h) Projetos de Equipamentos Pesados (Engesa e NUCLEP); e (i) Projetos Nucleares de Angra I e II.

Para a concretização destes projetos, o Estado direcionou parte de seus investimentos à construção de estradas de penetração e à instalação de uma extensa rede de comunicação e de energia, capazes de dar o necessário suporte.

No bojo deste "boom" estatizante, novas "regiões" foram geradas, cuja lógica de ocupação obedeceu delimitações e exigências dos empreendimentos, como por exemplo o surgimento e expansão de várias cidades na Amazônia con-

dicionadas a construção e instalação de algumas hidroelétricas.

A implantação dessa extensa gama de Projetos, sentencia Rosélia Piquet (Op. Cit. p. 6), "... de forma mais visível, marca a diferença da redistribuição espacial da população brasileira, notadamente nos anos 70".

De fato, tais Projetos estimularam um contingente bastante numeroso de trabalhadores, que migram de maneira compulsória, de natureza diversa das migrações convencionais, passando a constituir-se uma nova categoria de força de trabalho, móvel e mobilizável em toda a extensão do território nacional.

Algumas formações urbanas, gradativamente, vão se estruturando, em conformidade com a construção e implantação dos distintos megaprojetos, definindo-se, neste "interplay", contornos perversos, diante de uma profunda dicotomia sócio-espacial, onde a cidade, planejada (ou já existente) passa a conviver lado a lado com a "cidade livre", os "beiradões".

Em suma, os megaprojetos encabeçados pelo Estado, em áreas as mais variadas do território nacional e com propósitos diversos, inevitavelmente, ao mesmo tempo que foram virtuais promotores de uma expansão concentrada de população, direta e indiretamente envolvida nos projetos, acarretaram, pela sua própria natureza e "desatenção devida", novos e truculentos problemas sociais às regiões em que se implantaram. Rosélia Piquet sintetiza este contexto mais geral de expansão do capital estatal, como sendo uma "modernização excludente" (Ibid. p. 8).

4.3. A Expansão Capitalista no Campo e seus Impactos Espaciais

Para se entender os efeitos da política agrícola nos anos 70 sobre as regiões, vale considerar algumas conotações mais gerais a cerca da penetração capitalista nas atividades rurais no Brasil. Três implicações fundamentais podem ser apontadas como conseqüências imediatas:

a) a expansão capitalista no campo, fez com que o produtor rural dependesse cada vez mais do mercado, o qual se expande e se unifica de forma transregional, induzindo a uma "intensividade de capital", que favorece a criação de excedentes relativos de população;

b) a penetração implicou em um processo de proletarização crescente, que liberando o trabalhador rural de seus vínculos com a terra, subordina-o completamente ao capital;

c) ocorre, também, um intenso processo de pecuarização em todas as regiões do País, inclusive nas áreas de fronteira, o que vem de sobremodo a contribuir para geração de mais excedente de mão-de-obra.

"O descompasso entre o ritmo de reprodução da força de trabalho e a expansão da oferta de emprego no campo produziram durante a década de 70, o maior êxodo rural já visto no Brasil" (Martine, 1987, p. 59).

O crescimento da corrente migratória campo-cidade iria adicionar um ingrediente de peso ao já intenso e vigoroso crescimento da população urbana no Brasil.

A **Via Crucis** da população excluída do campo torna-se, na maioria dos casos, mais dramática, na tentativa de sorte melhor na "Cidade Grande". Nesta a falta de empregos suficientes, proveniente do descompasso entre o ritmo de crescimento e concentração urbana e da taxa de crescente do "setor informal" ou "terciário marginal".

A pretensa saída para este impasse, por meio da expansão de novas fronteiras agrícolas, as quais serviriam, de um lado, como uma "válvula de escape" para as tensões sociais geradas por uma estagnação econômica, ou pelo crescimento populacional, ou pela rigidez da estrutura social em áreas de ocupação social mais antiga; ou de outro lado, pela expansão da produção agrícola sem passar por alterações na estrutura fundiária. Não foi capaz de resolver satisfatoriamente o problema do êxodo rural.

As principais críticas aos programas estatais no âmbito espacial, a exemplo do PROTERRA, se reportam ao caráter excludente para a maior parte das populações residentes nas áreas periféricas, poucas ações efetivas foram envidadas no sentido de possibilitar uma maior fixação do homem no campo, que cada vez mais passa a ter seu acesso a terra dificultado, tanto pelo fenômeno da "modernização excludente do campo", como pela crescente valorização do seu preço, provocando a crescente concentração da propriedade da terra.

(—❁—)

BIBLIOGRAFIA

CASTRO, Antônio B. & SOUZA, Francisco E. P. de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro. Paz & Terra, 1985.

CIPOLLA, Francisco Paulo. Proporções do capitalismo de Estado no Brasil pós-64. In **Estudos CEBRAP** n.º 25. São Paulo. Ed. Brasileira de Ciência, 1985.

DINIZ, Clélio Campolina & LEMOS, Maurício B. Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil. In. **Para a década de 90: prioridades e perspectivas das políticas públicas**. Rio de Janeiro. IPEA/IPLAN, 1990.

DRAIBE, Sônia. **Rumos & Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil 1930/1960**. Rio de Janeiro. Paz & Terra, 1985.

FISHLOW, Albert. Uma história de dois presidentes: a economia política da gestão da crise. In. STEPAN, Alfred (Org.), **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1988.

GUIMARÃES, Leonardo. **Nordeste: da articulação comercial à integração produtiva**. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 1986.

MARTINE, George. Êxodo Rural, Concentração Urbana e Fronteira Agrícola. In. MARTINE, G. & GARCIA, R. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo, Caetés, 1987.

MARTINS, Luciano. **Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1985.

PIQUET, Rosélia. Grandes Projetos e Tendências na Ocupação do Território. Texto apresentado no Seminário Metropolização e Rede Urbana: perspectivas dos anos 90. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, Set/1990.

REICHSTUL, Henri P. & COUTINHO, Luciano G. Investimento Estatal 1974-1980: ciclo e crise. In. BELLUZZO, L.G.M. **Desenvolvimento Capitalista no Brasil** n.º 2. São Paulo, Brasiliense, 1983.

SUDENE/PIMES/IPEA. **Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro,** vols. 2 e 4. Recife, 1984.

TAVARES, Maria da C. & ASSIS, J. C. **O Grande Salto Para o Caos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

———————— & BELLUZZO, L.G.M. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In. BELLUZZO, L.G.M. & COUTINHO, Renata (org.). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil,** vol. 1. São Paulo, Brasiliense, 1982.

(—۞—)